







Cidade Educadora, sem desconsiderar as bases de seu passado e objetivando a compreensão sobre os papéis do cidadão nesse meio.

A igualdade de gênero tem sido um tema central das agendas de direitos humanos nos últimos anos, em que movimentos sociais têm dado voz a sujeitos que tradicionalmente não têm suas contribuições sociais reconhecidas ou colocadas em destaque. Saffioti (2015, p. 83) reitera que “Ademais, o gênero, a raça/etnicidade e as classes sociais constituem eixos estruturantes da sociedade”. Ou seja, no caso das mulheres, levantam-se questões pertinentes quanto a sua participação na construção dessas cidades e os papéis desempenhados, muitas vezes desconhecidos pelos sujeitos que formam essa sociedade, dada a estrutura formativa do lugar.

Nesse âmbito, foi explorado o potencial aporte das aulas de Língua Portuguesa e a produção textual para a troca de saberes entre pares experientes, mulheres e descendentes dessas, que foram figuras primordiais para a organização social, e os alunos de uma escola pública de Ijuí-RS, na formação cidadã dos indivíduos. Entende-se que a maior pretensão da “Escola Cidadã é contribuir na criação das condições para o surgimento de uma nova cidadania, como espaço de organização da sociedade, para a defesa de direitos conquistados e a conquista de novos direitos” (Gadotti, 2009, p. 58). Nesse viés, a educação para a cidadania e para formação de sujeitos críticos é uma necessidade que precisa ser articulada e colocada em prática nos diferentes espaços sociais da cidade.

Neste trabalho, o objetivo foi o levantamento teórico sobre as concepções que norteiam o tema: Escolas Educadoras, cidadania e memória na formação escolar. Além disso, como essas contribuições podem resultar em uma didática assertiva para a formação de sujeitos socialmente preocupados, atuantes e responsáveis pelo local em que vivem, reconhecendo o outro e suas contribuições sociais, muitas vezes desconhecidas, como é o caso das memórias femininas.

## **METODOLOGIA**

Este texto trata-se de uma abordagem teórica sobre as temáticas Cidades Educadoras, cidadania, memória e produção textual, objetivando uma discussão com o intuito de refletir a respeito do papel da escola, mais especificamente a aula de Língua Portuguesa, como fomentadora de uma Cidade Educadora. A pesquisa bibliográfica, segundo Sousa, Oliveira e





conhecimento possa ser construída, cidade a cidade, vila a vila, aldeia a aldeia, sem exclusões. E em quarto lugar, aprender e desenvolver a consciência da comunidade e as competências necessárias para organizar a vida em comum em condições de igualdade e justiça.

À vista disso, é preciso pensar em práticas que promovam soluções e apresentem caminhos para as questões colocadas acima. Assim, “educadora é a cidade onde todos os seus habitantes usufruem das mesmas oportunidades de formação, desenvolvimento pessoal e de entretenimento que ela oferece” (Gadotti, 2009, p. 61). A escola passa então a desempenhar funções novas, “a escola se transforma num novo território de construção da cidadania” (Gadotti, 2009, p. 62). De acordo com a Carta das Cidades Educadoras, a formação deve se voltar para que os indivíduos possam compreender criticamente o momento político, social, econômico, ecológico, fazendo suas escolhas livremente sobre o local, com consciência da complexidade global.

Tomando consciência desse cenário múltiplo e complexo, uma Cidade Educadora não nega problemas sociais que a assolam ou visa soluções unilaterais, mas aceita a contradição e a partir dela “[...] propõe processos de conhecimento, diálogo e participação como a maneira ideal de viver na e com a incerteza” (AICE, 2020, p. 8). A diversidade é parte da vida, e um dos desafios das Cidades Educadoras é o de promover o equilíbrio entre a identidade e a diversidade, em que apesar de fazerem parte de um grande grupo que caracteriza os cidadãos da cidade, ainda assim esses devem ser respeitados por sua identidade cultural própria.

Levando isso em conta, um dos princípios que norteiam uma Cidade Educadora está relacionado a identidade da cidade

A cidade tem de saber encontrar, preservar e apresentar a sua identidade própria, complexa e mutável, bem como valorizar o patrimônio material e imaterial e a memória histórica que lhe confere singularidade. Esta é a base para um diálogo fecundo com o meio ambiente e com o mundo. A valorização dos seus costumes e das suas origens deve ser compatível com os direitos humanos. Ao mesmo tempo, oferecerá uma imagem atrativa sem desvirtuar o seu ambiente natural e social, promovendo entre os seus habitantes o sentimento de pertença e de responsabilidade partilhada (AICE, 2020, p. 13-14).

Ao identificar tais pontos, reconhece-se que a cidade possui uma identidade, não permanente e imutável, mas uma que prospera junto aos sujeitos que ali habitam, conforme eles também progredirem. Paulo Freire (2001, p. 13) “a Cidade é cultura, criação, não só pelo





materializa a história e a memória, sendo responsável pela conservação e pelo repasse dessas (Nora, 1993).

Ademais, a memória, para Nora (1993), é um fenômeno sempre atual, vivido no presente, é afetiva e mágica, se encontra nas lembranças, enquanto que a história é uma representação do passado, uma reconstrução incompleta de algo que não existe mais, uma operação laicizante e intelectual, advinda de análise e de um discurso analítico. Assim, Nora (1993, p. 9) coloca que:

A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem: que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.

Nesse sentido, quando se faz referência às Cidades Educadoras é preciso retomar o que faz parte da história, da cultura e da memória dos sujeitos que sendo parte de um todo, constituem também e refletem a memória coletiva daquele lugar. Conhecer, recuperar e materializar memórias por meio de textos produzidos por outros indivíduos que construam elos para com os que antes vieram, com a história e com as memórias é uma maneira que cativá-los e tornar a prática pedagógica eficaz para a formação de uma Cidade Educadora, pois é não só se preocupar com a formação dos jovens, mas sim valorizar e fomentar diálogos e discussões com pessoas experientes, dotadas de saberes e que podem contribuir para a educação local. Halbwachs (2004) aponta que há uma negociação entre a memória coletiva e a individual, não bastam apenas os testemunhos, mas é preciso que haja pontos de encontro entre as memórias.

Para Michael Pollak (1989), no que se refere às memórias subterrâneas, ao se privilegiar, dar ênfase à análise de indivíduos que antes eram marginalizados, permanecendo inexistentes na “memória oficial”, se mostra o caráter destruidor e opressor dessa última. A exemplo disso, temos a inexistência ou a pouca divulgação das memórias das mulheres que fizeram e fazem parte da formação histórica da cidade de Ijuí-RS. Ao se pensar sobre os motivos das mulheres não serem reconhecidas pelas suas contribuições sociais, tem-se a própria organização social desigual de origem, e que ainda hoje conta com governantes na sua maioria homens, a disparidade salarial, cargos de prestígio ocupados por homens, entre



outros, uma tendência que acompanha a realidade nacional. A exemplo disso, as autoras Arnhold e Schwengber (2022) apontam que a masculinidade aparece também na nomenclatura escolhida para os espaços públicos e de prestígio, em que de uma total de setecentas e cinquenta e cinco (755) ruas oficializadas, apenas quarenta e nove (49) são de nomes de mulheres, quanto que quinhentas e noventa (590) são de homens, e as demais receberam nomenclaturas considerando outras categorias.

Para Freire (2001, p. 14) “a tarefa educativa das Cidades se realiza também através do tratamento de sua memória e sua memória não apenas guarda, mas reproduz, estende, comunica-se às gerações que chegam. Seus museus, seus centros de cultura, de arte são a alma viva do ímpeto criador, dos sinais de aventura do espírito”, cultivar a memória e repassá-la às gerações que chegam é um processo não só informativo, mas formativo, pois se há uma reflexão crítica sobre as memórias, há também sujeitos que compreendem os passos seguidos até o presente e as implicações de seu próprio agir na comunidade para o futuro.

## A PRODUÇÃO TEXTUAL REFLEXIVA

A produção textual pode ser uma das maneiras encontradas em sala de aula para que o professor promova uma prática reflexiva e uma aproximação à realidade fora da escola a partir da escolar, buscando a formação consciente do sujeito. Comumente as memórias constituem nosso cotidiano: os diários de classe do professor; os boletins de ocorrência nas delegacias; as entrevistas na TV ou rádio; o histórico médico; o histórico escolar do aluno, entre tantos outros. A memória constitui e é parte essencial da vida em sociedade, a lembrança do passado atua no presente e assim continuará sendo no futuro, significando e ressignificando os sentidos.

À vista disso, o gênero textual memória pode ser articulado ao ensino e aprendizagem dos alunos de maneira a trazer ao conhecimento memórias de outros que antes eram desconhecidas ou então ocultadas. Boeno (2013, p. 43-44) afirma que:

O gênero memórias, como é conhecido na esfera literária, é uma narrativa ficcional escrita em primeira pessoa ou ainda em terceira pessoa, na qual o autor conta as lembranças de sua vida ou da vida de outra pessoa. É uma escritura que possibilita uma visão do passado. As reminiscências relatadas são baseadas em fatos reais com tons de ficção, pois toda Literatura é potencialmente autobiográfica criada a partir das experiências estéticas dos autores.







entre estudantes, que vivem muitas vezes em realidades também marginalizadas, e memórias daqueles que transformaram a cidade pela sua ação. Nesse caso, ao se ter como foco as memórias de mulheres que formam a sociedade, é possível trazer ao reconhecimento dos estudantes que se não estes próprios, são então suas mães, tias, avós, vizinhas, que permanecem invisíveis socialmente, mas que desempenham papéis sociais fundamentais. A pluralidade das facetas femininas também entra em debate, pois tratam-se de sujeitos que fazem parte em diferentes pontos do tecido social, mas são em muitos casos reconhecidas apenas pela família, pela ligação com o lar. Assim, conforme aponta Saffioti (2015, p. 83):

Efetivamente, o sujeito, constituído em gênero, classe e raça/etnia, não apresenta homogeneidade. Dependendo das condições históricas vivenciadas, uma destas faces estará proeminente, enquanto as demais, ainda que vivas, colocam-se à sombra da primeira. Em outras circunstâncias, será uma outra faceta a tornar-se dominante. Esta mobilidade do sujeito múltiplo acompanha a instabilidade dos processos sociais, sempre em ebulição.

O texto escrito se torna o veículo material de circulação dessas memórias, reconhecendo as facetas múltiplas das mulheres cidadãs. Nesse sentido, dá-se a oportunidade para que não somente esses estudantes que participam da atividade aperfeiçoem suas práticas de escrita e elaboração textual, além da criticidade, mas que outros venham a tomar consciência desse grupo social e, a partir disso, reconhecendo sua própria identidade e responsabilidade com a comunidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel social da escola ultrapassa os limites de seus muros, afinal ela é também responsável pela formação dos sujeitos que já possuem responsabilidades a desempenhar em suas comunidades. Nesse sentido, pensar em práticas que corroborem para uma educação baseada no reconhecimento do outro, no respeito às diferenças, na busca pela igualdade e justiça social, pautada na ética, é imprescindível para que se alcance o status de uma Cidade Educadora.

As Cidades Educadoras são reconhecidas pelo seu conjunto de ações que abrangem os mais variados grupos que as compõem. Não se trata apenas do educandário, mas sim de todos os indivíduos, em sua multiplicidade, nas diferentes esferas sociais, tomando ações que promovam o bem-estar e o desenvolvimento de todos os habitantes e em nas suas diferentes





<https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/9dd4bcb5-1544-4561-927a-8ca7803c1131/content>. Acesso em: 18 jul. 2024.

GOLDSTEIN, Norma Seltzer; CAPO, Francesco Antonio. Escritas da memória: autoria e identidade cultural. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 143–165, 2016. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v29i1p143-165. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/110648>. Acesso em: 16 jul. 2024.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**, n. 10. PUC-SP. São Paulo, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 5, n. 10, 1992.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero Patriarcado Violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 18 jul. 2024.